



7

PEDRO EDUARDO PORTILHO DE NADER

Histórias adversas

A confrontação entre a história dos
Annales e a chamada história positivista

célebre a distinção, ou mesmo oposição, entre a história praticada no século XX, notadamente a partir da Escola dos *Annales*, e a história factualista característica do século XIX. Neste sentido, são mais que conhecidas as censuras dirigidas por Febvre aos praticantes da concepção factualista da história, denominados por ele como “historiadores historicizantes”: “Nesse tempo”, escreve Febvre a respeito da geração imediatamente antecessora à sua, “os historiadores viviam num respeito pueril e devoto pelo ‘fato’. Eles tinham a convicção, ingênua e tocante, que o sábio era um homem que, ao olhar pelo seu microscópio, apreenderia imediatamente uma braçada de fatos” (1). Dessa maneira, segundo Febvre, seus predecessores pensavam a história a partir de uma compreensão estreita dos fatos, como realidades substanciais dadas ao historiador. Assim: “Sempre a mesma idéia; os fatos, pequenos cubos de mosaico, bem distintos, bem homogêneos, bem polidos. Um tremor de terra deslocou o mosaico; os cubos enterraram-se no solo; retiremo-los e, sobretudo, cuidemos por não esquecer um único” (2). Ainda: “(...) fatos

PEDRO EDUARDO PORTILHO DE NADER é mestrando em Filosofia na USP.

NA PÁGINA AO LADO, LUCIEN FEBVRE

Este texto é baseado na dissertação de mestrado sobre as leituras feitas no século XX sobre os historiadores oitocentistas franceses, desenvolvida no Departamento de Filosofia da USP, sob orientação do Prof. Dr. Renato Janine Ribeiro.

1 Lucien Febvre, “Vivre l’Histoire - Propos d’Initiation”, in *Combats pour l’Histoire*, Paris, Armand Colin, 1953, pp. 18 a 33. Cit. à p. 22.

2 Idem, “Sur Une Forme d’Histoire qui n’est la Nôtre...”, in *Combats pour l’Histoire*, op. cit., pp. 114 a 118. Cit. às pp. 116-7.

brutos. Fatos dotados extraordinariamente de uma existência real perfeitamente definida, simples, irreduzível” (3). O fundador dos *Annales* cita notadamente Aulard, Seignobos e Langlois.

A concepção anterior de história limitase, então, no entender de Febvre, a procurar estabelecer como os fatos ocorreram efetivamente, sem pretender ultrapassar o plano dos fatos.

Os historiadores profissionais seus predecessores eram, todos, factualistas - dizia Febvre. Pior que isso, eram todos positivistas: formavam uma comunidade historicizante que formulava e difundia inocentemente (“respeito pueril e devoto pelo ‘fato’”) uma compreensão estritamente factual da grande história.

Essa dedicação aos fatos, percebidos então de forma atomizada, resulta na narração dos grandes acontecimentos. No século XIX, e ainda nas primeiras décadas do século XX, os historiadores positivistas conjugariam a história factual (*histoire événementielle*), a história narrativa (*histoire récit*) e a história política (*histoire-bataille*: no sentido estrito, dos grandes acontecimentos e grandes personagens).

O que se encontra em questão é a diferença entre os paradigmas de uma história fechada num factualismo estreito e os de uma história interpretativa.

Mais do que diferentes, esses projetos de história se marcariam, portanto, como visceralmente adversos. A divisão e a dissensão entre os dois tipos de história caracterizam a oposição entre duas categorias históricas fundamentais: o fato e a interpretação.

A ENUMERAÇÃO DOS ALIADOS DOS DOIS LADOS

As acusações disparadas por Febvre são extensiva e enfaticamente repetidas em diversas outras instâncias: sucessivamente, Marc Bloch, Georges Lefebvre, Henri-Irénée Marrou, Fernand Braudel, Jacques Le Goff, Pierre Chaunu, François Furet, George Duby, Jacques Julliard, Peter Burke (entre os ingleses fortemente influenciados pela tradição dos *Annales*), todos eles, para citar apenas alguns dos nomes mais famosos e os casos mais à vista (4), confluem com o fundador dos *Annales* e entre si no sentido de configurarem e sancionarem a oposi-

ção à concepção positivista de história.

Por outro lado, Ernest Lavisse, Charles-Victor Langlois, Charles Seignobos, Gabriel Monod, Pierre Aulard e Louis Halphen são apresentados como os principais autores que formam o grupo francês defensor e praticante dessa concepção essencialmente factualista da história. Dentre esses, Langlois e Seignobos desempenham um papel particularmente importante: tanto pelos trabalhos históricos destinados ao ensino secundário quanto pelos trabalhos históricos voltados para a universidade e pelo texto metodológico desenvolvido, os dois historiadores foram altamente respeitados desde o final do século XIX e durante toda a primeira metade do século XX (5). Todos os autores anteriormente mencionados, a começar por Febvre, destacam Langlois e Seignobos como principais nomes da história factualista estreita; o livro metodológico *Introduction aux Études Historiques*, redigido pelos dois historiadores franceses e publicado originalmente em 1898, é tratado como o mais bem-acabado manual positivista.

INTRODUÇÕES AOS ESTUDOS HISTÓRICOS

Logo no início do livro, Langlois e Seignobos definem como se faz a história: “*L’histoire se fait avec des documents. Les documents sont les traces qu’ont laissés les pensées et les actes des hommes d’autrefois*”. E adiante: “*Pour conclure légitimement d’un document au fait dont il est la trace, il faut prendre de nombreuses précautions*” (“A história é feita com documentos. Os documentos são os traços que têm deixado os pensamentos e os atos dos homens de antigamente”. “Para concluir legitimamente de um documento ao fato do qual ele é traço, é preciso tomar numerosas precauções”) (6).

Os documentos se constituem, assim, em traços (“*traces*”), marcas vestigiais dos fatos. Por sua vez, os fatos históricos são entendidos - globalmente, a princípio - como atos e pensamentos do passado. Posteriormente, é definido que sentimentos podem ser fatos históricos; ainda, os fatos podem ser também um acontecimento de longa duração (7). Os documentos, portanto, são rastros das ações passadas, entendidas essas como atos, pensamentos e sentimentos.

3 Idem, “Vivre l’Histoire...”, p. 23.

4 Ver Marc Bloch, *Apologie pour l’Histoire ou Métier d’Historien*, Paris, Armand Colin, 1959. Fernand Braudel, “Minha Formação de Historiador”, in *Reflexões sobre a História*, São Paulo, Martins Fontes, 1993. Peter Burke, *A Escola dos Annales*, São Paulo, Ed. Unesp, 1992 (2ª ed.). Pierre Chaunu, *L’Historien en cet Instant*, Paris, Hachette, 1985. Pierre Chaunu, “L’Histoire Géographique”, in *Histoire Quantitative, Histoire Sérieuse*, Paris, Armand Colin, 1978. George Duby, “O Historiador, Hoje”, in G. Duby et alii, *História e Nova História*, Lisboa, Teorema, 1986. Jacques Julliard, “La Politique”, in J. Le Goff e P. Nora, *Faire de l’Histoire 2, Nouvelles Approches*, Paris, Gallimard, 1974, pp. 229 a 250. Georges Lefebvre, *El Nacimiento de la Historiografía Moderna*, Barcelona, Martínez Roca, 1974. J. Le Goff, “História”, in *Enciclopédia Einaudi* vol. 1 (“Memória-História”), Porto, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984. J. Le Goff, Roger Chartier e Jacques Revel, *La Nouvelle Histoire*, Paris, C. E. P. L., 1978. François Furet, *A Oficina da História*, Lisboa, Gradiva, s. d. Henri-Irénée Marrou, *De la Connaissance Historique*, Paris, Seuil, 1954.

5 Bourdieu e Martin sublinham que, não obstante toda a crescente relevância que o novo projeto de história de Febvre e Bloch conhece desde a fundação dos *Annales* em 1929, a influência da formulação dos “predecessores” Lavisse, Langlois e Seignobos prossegue até a década de 1960. Guy Bourdieu e Hervé Martin, *Les Écoles Historiques*, Paris, Éditions du Seuil, 1983. Ver o capítulo dedicado à escola metódica, que é como os autores chamam o grupo formado por Monod, Langlois e Seignobos.

6 Charles-Victor Langlois e Charles Seignobos, *Introduction aux Études Historiques*, Paris, Librairie Hachette, 4ª edição, s. d. (1ª ed., 1898). Citação às pp. 1 e 2, respectivamente.

7 Cf. idem, *ibidem*, p. 159.

8 Idem, *Introdução aos Estudos Históricos*, São Paulo, Renascença, 1946, trad. Laerte de Almeida Morais. Citação à p. 15.

9 “*Faits isolés*”; “*hachés*”. Adiante: “*Chaos des faits historiques*”. Langlois e Seignobos, *Introduction...*, op. cit., respectivamente pp. 181 e 200.

Concomitantemente, os fatos são conhecidos unicamente por essas marcas deixadas.

Cabe notar como a tradução brasileira, na década de 40, verteu a passagem citada acima: "Inumeráveis precauções são necessárias para inferir legitimamente de um documento o fato que ele traduz" (8). O texto original alude à idéia de chegar a um resultado após reflexão e discussão (justamente a série complexa de procedimentos característicos do método); ao traduzir "concluir" ("*conclure*") por "inferir", a versão sugere a idéia de retirar o que já está pronto - o fato estaria, assim, dado no documento.

O trabalho do historiador se divide em três partes: conhecimentos prévios, operações analíticas e operações sintéticas.

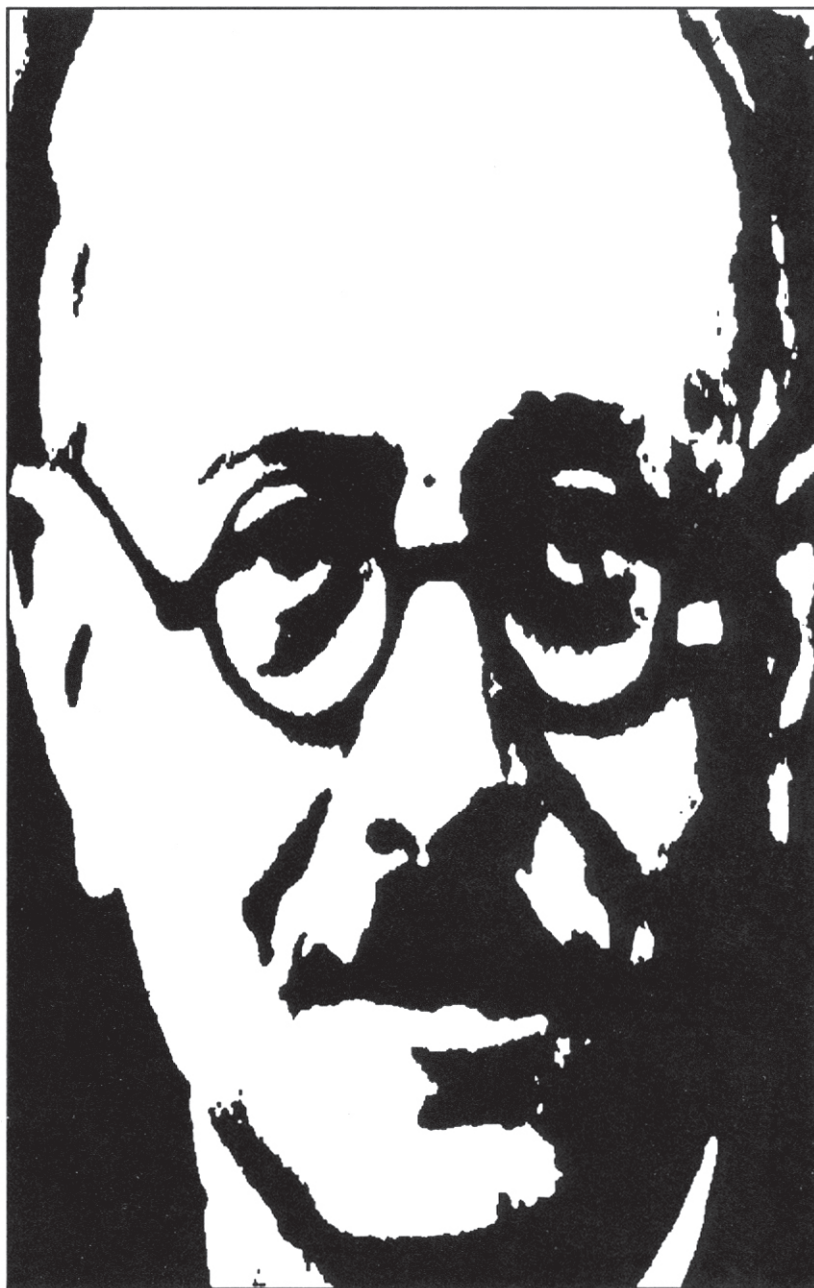
A primeira parte se subdivide em busca de documentos e ciências auxiliares. A busca de documentos é particularmente ressaltada: os autores escrevem no final do século XIX - o século XIX celebrou-se, em história, por uma preocupação constante com a necessidade que se impunha de inventariar e coordenar os repertórios (entenda-se, os documentos) e de centralizar e organizar os depósitos (arquivos, bibliotecas e museus). Para os historiadores oitocentistas, a situação dispersa e desordenada das fontes no começo do século só lenta e dificultosamente melhorou, o que faz com que eles valorizem de modo particular a organização dos documentos e dos centros de pesquisa. As ciências auxiliares, por sua vez, variam de acordo com a especialidade do historiador: filologia, numismática, paleontologia, cartografia são elencadas entre outras possíveis; o estudo de línguas é considerado, entre as ciências auxiliares, imprescindível.

A segunda parte consiste na análise do documento: o exame acurado conduz da verificação material dos traços ao estabelecimento dos fatos. Como o historiador só tem, inicialmente, rastros do fato, é preciso tomar inúmeros cuidados para não incorrer em erro ao estabelecer o fato propriamente. As operações analíticas subdividem-se em crítica externa e crítica interna do documento. A crítica externa dos documentos inclui sucessivamente a crítica de restauração, a crítica de procedência, a classificação crítica das fontes e a crítica de erudição propriamente dita. A crítica interna abrange a crítica de interpretação, a crítica interna negativa de sinceridade e de exatidão e, finalmen-

te, a determinação dos fatos particulares.

A terceira parte é formada pela passagem dos fatos à construção histórica final. Encerradas as operações analíticas, estabelecidos os fatos, o historiador se encontra perante fatos soltos, desorganizados, desconexos (9); restam, então, as operações sintéticas: cumpre, agora, organizar os fatos, estudar as relações entre eles, dispô-los em grupos, enfim, realizando a construção histórica. "Em história", escrevem os dois autores, "*não se vê nada* de real além de papel escrito - e, algumas vezes, monumentos ou produtos fabricados. O historiador não tem nenhum objeto para analisar realmente (...).

ABAIXO,
O HISTORIADOR
MARC BLOCH



‘A análise histórica’ não é mais real que a visão dos fatos históricos; ela não é mais que um procedimento abstrato, uma operação puramente intelectual” (10). Assim, Langlois e Seignobos comentam como todos os objetos do conhecimento - “fatos materiais, atos humanos individuais e coletivos, fatos psíquicos” - são sempre imaginados (“*imaginés*”). O historiador deve assegurar-se de que os fatos imaginados por ele não sejam imaginários (“*imaginaires*”), senão uma representação de uma realidade passada (11).

Concebidos os fatos, em seguida o historiador elabora uma imagem do conjunto dos fatos passados, estabelecendo relações entre eles: agrupa-os em quadros, segundo o modelo de um conjunto, observado pelo historiador na sua realidade, suposto análogo ao conjunto dos fatos passados (12). Através de raciocínios, o historiador procura preencher algumas das lacunas existentes entre os fatos atestados a partir dos documentos. Os fatos só podem ser tratados coerentemente através de imagens. Assim, a imagem é uma representação mental, elaborada pelo historiador, da sensação produzida nele pelos fatos, constituindo-se num recurso que permite ao historiador trabalhar os fatos até estabelecer quadros históricos do período em analogia com os quadros da própria realidade do profissional.

“*Ces traces, que l’on appelle documents*”, escrevem os dois autores, “*l’historien les observe directement, il est vrai; mais, après-cela, il n’a plus rien à observer; il procède désormais par voie de raisonnement, pour essayer de conclure, aussi correctement que possible, des traces aux faits. Le document, c’est le point de départ; le fait passé, c’est le point d’arrivée*” (“Esses traços, que se chamam documentos, o historiador observa diretamente, é verdade; no entanto, depois disso, não há mais nada para observar; ele procede, daí em diante, através de raciocínio, para tentar concluir, tão corretamente quanto possível, dos traços aos fatos. O documento é o ponto de partida; o fato passado, o ponto de chegada”) (13). O historiador, portanto, lida diretamente com os documentos, ou seja, ele observa apenas os traços dos fatos: desse modo, o profissional de história não observa os fatos propriamente ditos, e, nisso, a história, que é uma ciência, difere fun-

damentalmente das *demais* ciências.

Novamente, a versão brasileira altera o texto dos dois historiadores: “Só pelos traços que deixaram podem os fatos passados ser por nós conhecidos. Estes traços denominados ‘documentos’ são observados diretamente pelo historiador, é verdade; mas, depois de os examinar, nada mais há a observar; a partir daí o historiador procede por via de raciocínio, para tentar extrair dos traços, até onde isto for possível, a verdade dos fatos. O documento é o ponto de partida; o fato passado o de chegada” (14). De imediato, “concluir (...), dos traços aos fatos”, inicialmente vertido como “inferir”, é agora traduzido por “extrair”. Mais ainda, todo o final da passagem é perturbado: onde os autores se referiam a uma correção dos procedimentos metodológicos do historiador para efetuar a passagem dos documentos aos fatos, a tradução brasileira muda o sentido, sugerindo uma ontologia dos fatos. A idéia de correção é transferida celeremente do método (“tão corretamente quanto possível”) para os fatos (“a verdade dos fatos”).

As intervenções despropositadas e as inserções gratuitas realizadas pela versão brasileira no texto original não cessam aí: “concluir de um documento escrito ao fato que foi a causa distante” na tradução brasileira torna-se “para *chegarmos* de um documento escrito ao fato que é sua causa remota”, desfigurando pela terceira vez o verbo “concluir” e sua conotação (15).

Em momento seguinte, a tradução brasileira, conferindo um caráter positivista ao texto dos dois historiadores franceses, transpõe “representar” (“*représenter*”) por um simples “reelaborar”, elidindo a idéia de representação presente no livro (16). Dessa maneira, toda a discussão, efetuada pelos dois autores, sobre o meticuloso trabalho que o historiador deve ter em representar os estados de alma do autor do documento que o influenciaram desde o presenciar o fato até o redigir o documento tem seu significado atenuado pela versão brasileira.

Uma outra passagem do texto dos dois metódicos da história recebe duas inserções sem pertinência à luz do original. O texto registra: “*A mesure qu’on le lit [o documento], on analyse mentalement, détruisant toutes les combinaisons de l’auteur, écartant toutes ses formes littéraires, pour arriver au fait que l’on doit formuler en langue simple et précise.*

10 Idem, *ibidem*, pp. 185-6.

11 Idem, *ibidem*, respectivamente pp. 188 e 189.

12 Cf. idem, *ibidem*, pp. 192-3.

13 Idem, *ibidem*, p. 44.

14 Idem, *Introdução...*, op. cit., p. 45.

15 Grifo meu. Em ambas as edições, na p. 46.

16 Em ambas as edições, na p. 46.

(...) *Le document ainsi analysé se résout en une longue suite de conceptions de l'auteur et d'affirmations sur les faits*" ("À medida que se lê [o documento], analisando-o mentalmente, destruindo todas as combinações do autor, eliminando todas as formas literárias, para chegar ao fato que se deve formular em linguagem simples e precisa. (...) O documento assim analisando torna-se uma longa sucessão de concepções do autor e de afirmações sobre os fatos") (17).

Em contrapartida, a versão brasileira registra, prolixamente: "À medida que lemos [o documento], analisamo-lo mentalmente, destruindo todas as combinações do autor, eliminando todas as formas literárias, para chegarmos ao fato *puro*, que devemos formular em linguagem *absolutamente* simples e precisa" e, na seqüência, "assim analisado, o documento se reduz a uma longa série de concepções do autor e de afirmações de fatos" (18). A tradução: acrescenta aos fatos a qualidade de pureza, como se pretendesse expressar as idéias dos dois historiadores franceses melhor do que eles próprios fizeram; enfatiza a idéia de uma narração de fatos desprovida de ornamentos; altera a idéia, presente no texto original, de afirmações feitas no documento pelo seu autor a respeito dos fatos, fazendo pensar como se as afirmações contivessem plenamente os fatos.

A conseqüência imediata das mudanças impostas pela tradução brasileira é o apagamento da distância que separa o documento do fato, na forma como Langlois e Seignobos concebem a história.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A versão brasileira de 1946 introduz, assim, diversas modificações com relação ao livro programático originalmente escrito por Langlois e Seignobos quase meio século antes. Essas modificações - umas sutis, outras mais veementes, todas elas insinuantes - geram um deslocamento enérgico no texto dos dois historiadores franceses. O resultado sugestivo desse deslocamento torna assemelhado o texto ao modo corrente como é entendida a concepção positivista de história que, segundo o fundador dos *Annales*, Langlois e Seignobos desposaria exemplarmente. Esse entendimento corrente denega, para a formulação positivista, o papel ativo que o historia-

dor teria, submetido ao *Diktat* dos fatos.

No entanto, um exame mostra que a formulação de história dos dois historiadores não é tão ingênua como é feito acreditar ao longo do século XX desde as investidas de Febvre. Os procedimentos metodológicos previstos e detalhados no livro programático de Langlois e Seignobos estão intimamente ligados a princípios de uma formulação de história muito mais elaborados e mesmo refinados do que se poderia suspeitar a princípio. Os dois autores afirmam, de forma vigorosa e inequívoca, um papel extremamente ativo ao historiador, tanto na passagem dos documentos ao estabelecimento dos fatos quanto na etapa que leva dos fatos à construção final.

É preciso, portanto, tratar a obra de Langlois e Seignobos de duas formas: percebendo o texto dos autores como um acontecimento e considerando o modo como ela se tornou pensável (e habitualmente pensada).

Concomitante ao que acontecia a propósito do livro metodológico, também os trabalhos históricos dos dois historiadores franceses sofrem ataques similares. Em 1933, Seignobos publica a sua *Histoire Sincère de la Nation Française*, na qual ele pretende "apenas explicar por qual série de transformações se constituiu a nação francesa" (19). Febvre recebe o lançamento do livro da forma contrariada habitual: particularmente, censura a noção de França como um dado natural que apresentaria Seignobos. "A concepção de seu assunto? Seignobos a tomou do domínio público. Ao longo do seu livro, faz da França um 'dado acabado', um leito predestinado que, desde a primeira página da *História Sincera*, espera, tudo providencialmente preparado, que o Eleito nele se deite", anota o fundador dos *Annales* (20). Singularmente, a edição brasileira, de 1945, simplifica o título do livro, traduzindo-o como *História Sincera da França* (21), perdendo a conotação que "*nation française*" carrega de constituição, formação, da nação e, assim, aproximando o título traduzido daquilo dito por Febvre (22).

A dissensão, percebida inicialmente, entre a história dos *Annales* e a história positivista transforma-se no contraste entre, de um lado, o texto dos chamados historiadores positivistas e, de outro lado, o que costumeiramente se diz desses.

17 Grifo meu. Langlois e Seignobos, *Introduction...*, p. 161.

18 Grifos meus. Langlois e Seignobos, *Introdução...*, p. 134.

19 Charles Seignobos, *Histoire Sincère de la Nation Française - Essai d'une Histoire de l'Évolution du Peuple Français*, Paris, Librairie Hachette, 1937 (ed. orig. 1933), p. 7.

20 L. Febvre, "Ni Histoire à Thèse ni Histoire-Manuel - Entre Benda et Seignobos", in *Combats pour l'Histoire*, pp. 80 a 98. Passagem citada à p. 97. O texto foi originalmente publicado na *Revue de Synthèse*, V, 1933.

21 Charles Seignobos, *História Sincera da França - Ensaio de uma História da Evolução do Povo Francês*, Rio de Janeiro, Cia. Editora Nacional, 1945.

22 Devido às dimensões deste artigo, evidentemente apenas se pode indicar o preconceito com relação aos textos históricos de Langlois e Seignobos.